

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.050 - CE (2019/0027689-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
EMBARGANTE : LUIZ CARLOS CRISOSTOMO DE SOUZA
EMBARGANTE : LUIZ GONZAGA MOURA DE SOUSA
ADVOGADOS : ANTÔNIO DELANO SOARES CRUZ - CE008116
MÁRCIA DE ANDRADE SARAIVA COLARES - CE014595
MÁRCIO AUGUSTO RIBEIRO CAVALCANTE - CE012359
GUSTAVO PITA PINHEIRO TORRES - CE015671
OLGIERDS ROCHA LIMA WEYNE - CE011092
EMBARGADO : MARIA WANDA DUARTE SÁ
ADVOGADOS : LUIZ NIVARDO CAVALCANTE DE MELO - CE001455
JOÃO ARAÚJO MONTEIRO NETO - CE015197
LUIZ NIVARDO MELO FILHO - CE015844
MARCOS SOARES MONTEIRO - CE019753

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por LUIZ CARLOS CRISOSTOMO DE SOUZA e OUTRO à decisão de fls. 831/832, que não conheceu do recurso.

Sustentam as partes embargantes que:

À fl. e-STJ 820 este eminente Presidente determinou à parte recorrente que realizasse o recolhimento em dobro das custas processuais do recurso especial, uma vez que quando de seu recolhimento às fls. e-STJ 730/733 não constava o devido comprovante de pagamento das custas, mas somente da guia para pagamento das custas.

[...]

Em resposta, os recorrentes peticionaram às fls. e-STJ 822/828, informando que as custas foram regulamente pagas antes da data da interposição do recurso especial e que por equívoco juntou-se aos autos comprovante distinto. Mas se observarmos os comprovantes de fls. e-STJ 826 e 828, o pagamento das custas foi realizado no dia 25/05/2018, enquanto que o presente recurso especial fora interposto no dia 29/05/2018, conforme se verifica das fls. e-STJ 670 e seguintes destes autos. (fl. 836).

Requerem o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de

declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Cumpre esclarecer que a petição de recurso especial foi protocolada, na origem, sem comprovante de pagamento das custas, apesar de presente a respectiva guia de recolhimento. Assim, incide, na espécie, o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

A propósito, este Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que os recursos interpostos para esta Corte Superior devem estar acompanhados das guias de recolhimento devidamente preenchidas, além dos respectivos comprovantes de pagamento, ambos de forma visível e legível, sob pena de deserção. Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgRg no AREsp 165.686/BA, 1ª Turma, Rel. Min. Ari Pargendler, DJe de 1º/9/2014; e AgRg no AREsp 425.678/SC, 4ª Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 7/3/2014.

Essa exigência tem respaldo na necessidade de constar o número do código de barras e o do processo no comprovante de pagamento, viabilizando a comparação com aqueles lançados na GRU apresentada, para que não haja dúvida acerca da validade do documento e do seu efetivo recolhimento.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto as partes embargantes de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

